

O Estado, o poder, o socialismo: um livro “reformista”?

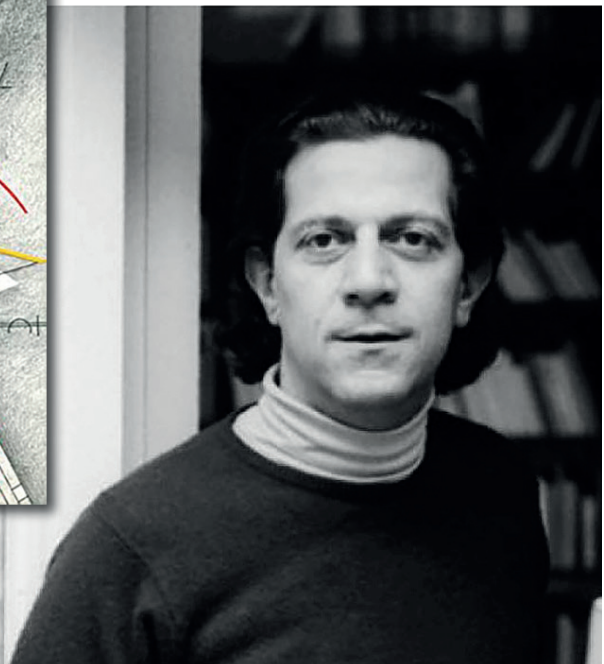
*State, power, socialism:
a “reformist” book?*

Luiz Eduardo Motta*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.002>



Capa da quarta edição brasileira de *O Estado, o poder, o socialismo* (Graau, 1985) de Nicos Poulantzas (foto)



RESUMO

O artigo visa apontar a originalidade do conceito de Estado relacional e, por desdobramento, do conceito de estatismo autoritário, ambos abordados nas últimas obras de Nicos Poulantzas, especialmente no seu último livro, *O Estado, o poder, o socialismo*, de 1978. Distintamente do que sustentam algumas posições críticas a esse livro, Poulantzas não rompe com o arcabouço teórico althusseriano, e nem toma uma posição em defesa do reformismo político. Sua posição nessa sua obra derradeira é a defesa da via democrática para o socialismo, mas que não seria gradualista, pois incorporaria uma sucessão de rupturas e transformações num longo caminho para o comunismo e o fim do Estado.

Palavras-chave: Poulantzas. Eurocomunismo. Estado relacional.

ABSTRACT

The article aims to point out the originality of the concept of relational State and, consequently, of the concept of authoritarian statism, both addressed in the latest works by Nicos Poulantzas, especially in his latest book, *State, power, socialism*, written in 1978. Contrary to what some critics of this book claim, Poulantzas does not break with the Althusserian theoretical framework, nor does he take a position in defense of political reformism. His position in his final work is the defense of the democratic path towards socialism, but which would not be gradualist, since it would incorporate a succession of ruptures and transformations in a long road towards communism and the end of the State.

Keywords: Poulantzas. Eurocommunism. Relational state.

1. INTRODUÇÃO

Há pouco mais de 50 anos, Poulantzas sacudia o campo da ciência política, e do marxismo em particular, ao publicar a sua primeira grande obra, *Poder político e classes sociais*, na qual sistematizou os conceitos de Estado capitalista e de classes sociais, e gerou um intenso debate, não apenas com as correntes marxistas, mas também com a ciência política e a sociologia política, não somente com os clássicos, mas também com o que havia de mais contemporâneo naquele contexto. Dez anos depois, em 1978, ao publicar a sua derradeira obra, um ano antes de seu falecimento e de sua breve carreira intelectual, Poulantzas despertou uma avalanche de críticas e incertezas em sua última obra, *O Estado, o poder, o socialismo*. Nesse livro, com efeito, apontava novas direções conceituais na sua obra ao definir o Estado como uma condensação de relações de forças entre as classes sociais, e também como uma arena de lutas entre as classes sociais dominantes e dominadas. Além disso, Poulantzas lançou luzes sobre novas questões com o conceito de estatismo autoritário, o rechaço ao conceito de ditadura do proletariado e a defesa de um programa caracterizado pela defesa de uma transição democrática para o socialismo, ou, como ele mesmo definia, uma defesa do socialismo democrático.

Essas novidades de caráter conceitual na sua obra e a defesa do socialismo democrático tiveram grande impacto naquele contexto, o que resultou no afastamento de parte de seus seguidores, que apontava uma mudança radical em relação a seu primeiro livro *Poder político e classes sociais*, além de rotulá-lo de “eurocomunista”. Poulantzas, portanto, estaria rompendo com as suas posições teóricas e

O termo eurocomunista não foi constituído pelas organizações comunistas da Europa Ocidental, mas sim pela imprensa daquela época. E tampouco a perspectiva dita “eurocomunista” se limitou à Europa Ocidental, vide a sua incorporação pelo Partido Comunista Japonês, ou mesmo o impacto que gerou no Brasil por meio de alguns intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro, sobretudo Carlos Nelson Coutinho

políticas iniciais, baseadas em Lênin, Mao e Althusser, e indo ao encontro das teses eurocomunistas e das leituras de caráter reformista da obra de Gramsci¹.

O termo *eurocomunista* não foi constituído pelas organizações comunistas da Europa Ocidental, mas sim pela imprensa daquela época². E tampouco a perspectiva dita “eurocomunista” se limitou à Europa Ocidental, *vide* a sua incorporação pelo Partido Comunista Japonês, ou mesmo o impacto que gerou no Brasil por meio de alguns intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro, sobretudo Carlos Nelson Coutinho³. E muitos interlocutores, favoráveis ou não à perspectiva eurocomunista, demarcaram as suas posições, como Jean Elleinstein, Lucio Lombardo Radice, Norberto Bobbio, Luciano Gruppi, Louis Althusser, Ernest Mandel e dirigentes comunistas do porte de Enrico Berlinguer, Santiago Carrillo, Pietro Ingrao e mesmo o dirigente albanês Enver Hoxha.

O fato é que a palavra *eurocomunismo* está longe de ser um conceito científico, mas expressa sim, no contexto da segunda metade dos anos 1970, a crise pela qual os partidos comunistas europeus estavam passando, primeiramente, em relação a seu alinhamento à URSS; em segundo lugar, por conta da crise das organizações leninistas, e, por fim, em razão da crise pela qual passava o marxismo em suas diversas correntes e interpretações no solo europeu. Poulantzas foi um dos intelectuais europeus que melhor compreenderam essa crise, e a sua obra dos anos 1970 apontou ao longo desse período essa crise em livros e artigos, particularmente na segunda metade dessa década. No entanto, distintamente da posição de alguns de seus intérpretes, que defendem a tese de uma mudança radical na obra de Poulantzas⁴, considero que o livro *O Estado, o poder, o socialismo* é um acúmulo — e resultado — teórico e político de trabalhos precedentes, cujas ideias Poulantzas foi aprimorando ao longo dos anos até culminarem nesse livro. Não obstante haja diferenças conceituais de *O Estado, o poder, o socialismo* em relação a *Poder político e classes sociais*, há uma produção intermediária de Poulantzas que já apontava essas mudanças. E mais, foi em *Poder político e classes sociais* que Poulantzas citou pela primeira vez a questão relacional do Estado, embora em situação completamente larvar.

- 1 Paradigmática disso é a apresentação da revista *Teoria & Política*, nº 4, publicada em 1982, a qual continha uma entrevista de Nicos Poulantzas a Henri Weber, quando este ainda estava vinculado ao Secretariado da IV Internacional, antes de migrar para o Partido Socialista Francês durante os anos 1980. De acordo com a apresentação, “nessa entrevista, de 1977, [Poulantzas] abandona as teses sobre o Estado que defendera em suas primeiras obras. Nega que o Estado burguês seja um *aparelho material* e avança na noção de que o Estado é uma *relação social*. Com base nessa revisão da teoria marxista, procura fundamentar a proposta eurocomunista segundo a qual o proletariado poderia conquistar o *poder* sem destruir o *aparelho* de Estado burguês. Suas novas concepções são refutadas em diversos pontos pelo entrevistador Henri Weber. O resultado é uma discussão viva das teses reformistas do eurocomunismo, o que propicia, por isso mesmo, um excelente material para o leitor vislumbrar as debilidades teóricas da concepção eurocomunista de Estado.” (POULANTZAS; WEBER, 2008, p. 8, tradução nossa)
- 2 *Vide* o livro de Fernando Claudín *Eurocomunismo y socialismo* (CLAUDÍN, 1977, p. 1). O impacto do eurocomunismo na política europeia foi tratado em outros livros publicados nesse contexto, como o de Annie Kriegel, *Um comunismo diferente?* (1977), e o de Patrick Meney, *A Itália de Berlinguer* (1976).
- 3 *Vide* o artigo mais famoso dele, “A democracia como valor universal”, publicado pela primeira vez na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9, em 1979.
- 4 Aqui no Brasil compartilham dessa visão alguns estudiosos da obra de Poulantzas, *vide* Boito Jr. (2007, p. 26), Saes (2001, p. 49), Almeida (2014, p. 51, 55, 87) e Lazagna e Martuscelli (2018, p. 1).

Classificar Poulantzas como “eurocomunista” simplesmente congela a análise de sua rica obra, em particular um livro complexo como *O Estado, o poder, o socialismo*. O próprio Poulantzas nunca se definiu enquanto tal, pois a sua abdicação de algumas questões leninistas, como a da organização partidária e a da transição socialista pela dualidade de poderes, não o tornou um adepto das teses reformistas da II Internacional, a exemplo de Kautsky, mas — como veremos mais adiante — das críticas de Rosa Luxemburgo aos anos iniciais da Revolução Russa. Ademais, a (des)classificação pura e simples de “reformista” é imprecisa, à medida que Poulantzas não abdicou da defesa do comunismo, e muito menos apostava numa estratégia meramente gradualista. Por isso, na primeira parte deste texto, exporei algumas das teses clássicas do chamado “eurocomunismo”, ou, mais precisamente, da perspectiva gradualista e reformista presente em Berlinguer e Carrillo, e, como contraponto a essa corrente, da versão mais à esquerda, de Pietro Ingrao e Fernando Claudín. Na segunda parte, mostrarei os avanços de Poulantzas na sua obra em direção à perspectiva relacional do Estado e à estratégia do que ele define como “socialismo democrático”, e a incompatibilidade teórica e política de Poulantzas com a posição institucionalista do reformismo e gradualismo dos dirigentes “eurocomunistas”, oferecendo como exemplo o seu conceito de *estatismo autoritário*.

2. O “EUROCOMUNISMO” DE DIREITA E DE ESQUERDA

Como foi dito acima, *eurocomunismo* é um termo externo aos partidos comunistas europeus, sendo criado pela imprensa. Mas, com efeito, expressava nos anos 1970 uma guinada dos principais partidos (particularmente os partidos comunistas italiano — PCI —, francês — PCF — e espanhol — PCE) em busca de uma renovação de seus programas quanto à autonomia em relação à URSS, a defesa de um programa de transição democrática e pacífica, a desvinculação do modelo leninista de partido e a exclusão do conceito de ditadura do proletariado. Na falta de um termo mais preciso, vou manter o termo consagrado *eurocomunista*, por sua identificação imediata com os partidos comunistas da Europa mediterrânea.

Mas isso tampouco significava uma homogeneidade desse movimento. Percebe-se nos escritos e nas falas dos dirigentes e intelectuais comunistas europeus afinados com a perspectiva “eurocomunista” uma pluralidade e diversidade de posições, o que levou a se diferenciar uma “direita eurocomunista” de uma “esquerda eurocomunista”. Poulantzas, em uma entrevista dada no *Marxism Today* a Stuart Hall e Alan Hunt em julho de 1979 (poucos meses antes de seu falecimento), diferenciava a direita da esquerda “eurocomunista”. Para Poulantzas, essa direita “eurocomunista” (e cita Elleinstein como referência) adota a concepção de uma revolução gradual, pacífica e legal, retomando as posições pretéritas de Kautsky durante o debate da II Internacional e a sua crítica à Revolução Russa. Já a ala esquerda do “eurocomunismo” distingue-se por uma defesa intensa da democracia conselhistas dirigida pelos

trabalhadores, visto que isso expressaria verdadeiramente uma democracia de massas. Também essa vertente de esquerda demarca a existência de tipos de ruptura e tipos de transformação no próprio Estado; não obstante não mencione a “destruição do Estado”, a esquerda “eurocomunista” é consciente do problema da necessidade de uma transformação radical, não somente nos aparelhos ideológicos de Estado, mas também nos próprios aparelhos repressivos. Já a direita “eurocomunista” tende a ver esses aparelhos mais ou menos como neutros, e conseqüentemente não dá a mesma importância a essa transformação. A tendência da esquerda “eurocomunista” insiste no momento de ruptura com o próprio Estado, pois não defende uma transformação progressiva do Estado. Essa tendência tem consciência de que isso será um aspecto central para as mudanças radicais, pois embora não apregoe a defesa de uma guerra civil, percebe que com o aprofundamento da crise do Estado poderá haver uma mudança no balanço de forças dentro do próprio Estado. A tendência da vertente de direita fica bem expressa nas posições de Carrillo, enquanto a da esquerda tem nas figuras de Ingrao e Cardín a sua melhor representação político-teórica⁵ (POULANTZAS, 2008a, p. 391).

Mas a personificação principal do chamado “eurocomunista” (e muitas vezes tratado como uma “metonímia” desse movimento) de fato foi o dirigente comunista italiano Enrico Berlinguer. Em suas diversas intervenções, Berlinguer deixa claro que seria no jogo democrático, e na aceitação de suas regras, que o socialismo superaria o capitalismo por uma via pacífica e gradualista. Embora nas suas posições iniciais no final dos anos 1960 defendesse a democracia de base articulada com a democracia representativa — e essa posição foi perdendo força em meados dos anos 1970 —, a questão da luta de classes aparece de modo secundário, e por vezes inexistente, quando ele trata dos aparatos estatais. Ele mesmo afirmava que nesse jogo sairia fortalecido o papel da cidadania, indicando assim uma crença nas instituições políticas modernas e na democracia como valor universal:

O desenvolvimento da democracia de base é concebida por nós, em contrapartida, como algo que por um lado contribui para resolver os problemas com a participação e a iniciativa mais ampla dos cidadãos e, por outro lado, pode oferecer alicerces mais sólidos às instituições representativas e ao Estado democrático. [...] Somos partidários de uma democracia profundamente articulada, mas também demasiado forte: forte, porque apoiada com a confiança e a iniciativa dos cidadãos e das suas diversas organizações, mas forte também porque os órgãos de poder político a que corresponde a orientação geral do país devem saber tomar com oportunidade, eficiência e clareza as decisões que lhes competem e saber fazê-las respeitadas por toda a gente (BERLINGUER, 1977, p. 91).

5 Bob Jessop retoma essas diferenças estabelecidas por Poulantzas em seu excelente estudo sobre o marxista grego (JESSOP, 1985, p. 297-298)

Há em Berlinguer uma plena defesa do Estado democrático, pois isso comporta a mais ampla afirmação da democracia. Com efeito, ele reitera que o Estado democrático pode ser forte e vital se assentar na confiança e na iniciativa das grandes massas de cidadãos e das suas organizações (BERLINGUER, 1977, p. 148). É clara a bandeira da luta pelas reformas no Estado e na sociedade italiana para Berlinguer (ele não fala de rupturas). Como ele mesmo afirma,

a luta pelas reformas deve assumir agora o seu mais amplo significado, que é aquele de mudar radicalmente justamente a linha e os fins gerais do desenvolvimento do país. Como consequência deve hoje levar ao primeiro plano as questões que são decisivas aos fins da transformação do tipo de desenvolvimento econômico e civil do país, ou seja, a reforma da escola, as questões da agricultura e do Mezzogiorno (BERLINGUER, 2009, p. 70).

Essa luta pelas reformas seria conduzida não apenas pelos sindicatos, mas também por todas as organizações de massa e, sobretudo, pelas forças políticas democráticas e pelos partidos operários e populares (BERLINGUER, 2009, p. 71).

As reformas seriam acompanhadas por um “choque de moralidade institucional” na Itália. Como diz Berlinguer, o PCI promoveria um saneamento moral da vida política, social e judiciária, pondo assim um fim à corrupção e às disfunções, seja na administração pública, seja nos partidos (BERLINGUER, 2009, p. 103). A questão da moralidade pública acabaria por solapar o sistema capitalista, que fomenta a própria corrupção nos aparelhos de Estado. A questão moral sobressai às causas determinantes da própria reprodução do capitalismo. Nesse aspecto, Berlinguer passa ao largo de uma perspectiva profunda de ruptura presente na dita esquerda “eurocomunista”. Para esse segmento, a questão não é mais a moralidade no trato das instituições públicas, mas o fim do capitalismo por meio da luta de classes em seus diversos campos.

Não é casual a defesa da democracia como valor universal em Berlinguer. Há nele uma defesa da democracia moderna com modificações, mas não num sentido que aponte para uma ruptura. Como ele mesmo afirma:

E total é também nossa adesão à democracia e às suas regras. Explicamos e repetimos que a assunção da direção política, por parte das classes trabalhadoras, pode e deve se realizar na Itália com total respeito às instituições democráticas, aos princípios de liberdade e às indicações transformadoras inseridas na nossa Constituição (BERLINGUER, 2009, 107).

A despeito da popularidade de Berlinguer como principal liderança do “eurocomunismo” — e certamente não era fortuita, já que o PCI era o maior partido comunista do Ocidente —, o trabalho mais sistemático de defesa dos argumentos do “eurocomunismo” de direita foi o livro do dirigente espanhol Santiago Carrillo “*Eurocomunismo e Estado*”. Nesse livro encontramos a concepção mais clara das teses

“eurocomunistas” sobre o Estado e as relações de força para um projeto de transição socialista. Paradoxalmente, o livro de Carrillo se apoia nas análises de Althusser sobre os aparelhos de Estado (e não nas de Poulantzas); um paradoxo pois, como é notório e sabido, Althusser foi um dos maiores opositores da retirada do conceito de ditadura do proletariado dos programas constituídos pelos PCs europeus⁶.

Carrillo incorpora dos marxistas franceses a crítica ao capital monopolista de Estado, e define o Estado capitalista como um “Estado gerente” do grande capital. Contudo, o Estado não estaria invulnerável à sua contradição com a sociedade, pois essa contradição

pode e deve concretizar cada vez mais uma crise no interior desse aparelho, cujos integrantes provêm, em sua grande maioria, das classes lesadas e estão, na realidade, em uma situação semelhante à destas, e que, ao formarem uma grande massa, não podem ser separados em quartéis ericados de defesas e isolados do conjunto social, como o Exército e a força pública (CARRILLO, 1978, p. 19).

A estratégia “eurocomunista” para Carrillo, tal qual Berlinguer, seria a defesa da democracia, pois esta estaria ameaçada pelo capitalismo, e somente a via socialista poderia garantir a democracia e dar a ela uma nova dimensão. Ademais, acompanhando as posições do PCI, o PCE também demarcaria uma autonomia em relação ao PC soviético. O modelo a ser constituído na transição socialista seria independente, “com um socialismo mais evoluído que terá uma influência positiva na evolução democrática dos socialismos existentes hoje” (CARRILLO, 1978, p. 32). Essa via democrática, segundo Carrillo, abarcaria não somente o proletariado, mas todo o conjunto da sociedade, isto é, também as classes sociais não monopolistas. Como ele mesmo afirma, “a revolução socialista já não é exclusivamente necessária ao proletariado, como também à imensa maioria da população” (CARRILLO, 1978, p. 33).

Há em Carrillo, seguindo Berlinguer, a crença na neutralidade dos aparelhos de Estado. Carrillo destaca o papel do Exército — lembrando-se o contexto, esse livro foi escrito em meio à transição para a democracia liberal, depois de décadas de ditadura franquista. Embora recorra a Althusser para a sua análise dos aparelhos de Estado, destoa completamente do teórico franco-argelino, haja vista que Althusser (como também Poulantzas), ao tratar dos aparelhos de Estado, destaca o papel da luta de classes e da reprodução das relações sociais nesses aparatos. No entanto, não é o que Carrillo compreende em sua observação quanto ao Exército espanhol:

Consideramos a existência do Exército como uma necessidade social. Mas o Exército — e este é um princípio fundamental — tem de ser antes de tudo o instrumento que garanta a independência e a soberania nacional, e não o

⁶ Essa crítica de Althusser encontra-se em seus livros *O 22º Congresso* e *O que não pode durar no Partido Comunista*, no artigo “Marxismo como teoria finita”, na sua conferência sobre a ditadura do proletariado na Espanha, em 1976, e no livro publicado postumamente *Marx dentro de seus limites*. Já Balibar fez a sua crítica ao eurocomunismo no seu livro *Sobre a ditadura do proletariado*.

órgão que assegure a opressão da oligarquia monopolista sobre as demais classes e camadas sociais e a inteligibilidade do *status quo* político-social capitalista. O Exército, seus quadros de comando, deve ser aberto ao acesso das camadas populares. Não deve ser o instrumento de um partido nem de uma facção da sociedade. Dentro do quadro de suas funções específicas — a defesa da integridade territorial —, tem de obedecer às ordens de qualquer governo estatuído como resultado do sufrágio universal. Se um governo qualquer, e menos ainda, se uma facção da sociedade, trata de utilizá-lo em funções que não as suas, ele deve negar-se resolutamente a obedecer (CARRILLO, 1978, p. 57-58).

Noutra passagem, Carrillo deixa clara a sua concepção institucionalista do Estado moderno como representante da soberania popular. Se o marxismo tem como diferencial relativamente ao pensamento moderno precedente a Marx (e mesmo posterior a ele) a definição da ausência da neutralidade política do Estado, concebido em geral como um aparelho repressor das classes dominantes sobre as classes dominadas, a tendência “eurocomunista” de direita afina-se com essas teses de neutralidade e universalidade do Estado. Como veremos adiante, a posição de Poulantzas é completamente distinta, quando trata o Estado como uma arena de lutas e o estatismo autoritário como característica das democracias liberais no contexto do capitalismo monopolista. Se Poulantzas renuncia à concepção leninista de Estado e de organização vanguardista de partido, se apoiando em Rosa Luxemburgo, Carrillo aproxima-se da concepção clássica da social-democracia da II Internacional, que continuou vigorando nos partidos social-democratas, no entendimento de que o Estado é neutro e universal, e a soberania popular determina a condução da política estatal:

Um Estado democrático deve caracterizar-se pela descentralização, de forma que a administração opere com maior flexibilidade, mais perto da, e mais de acordo com a vontade dos governados. Um tipo de Estado desse gênero poderá ser transformado com maior facilidade num Estado apto a chegar ao socialismo por uma via democrática; num Estado mais controlado pelos eleitos pelo povo; e, por conseguinte, num Estado mais protegido ante as contingências de um golpe de força. [...] Trata-se de criar uma democracia viva, em todos os níveis, no país inteiro, na qual o poder efetivo resida nos órgãos do poder popular, de maneira que a vitalidade deste seja tal que não possa ser aniquilada de repente por um grupo instalado em zonas centrais de poder. [...] Essa concepção do Estado implica também a ideia de renunciar a um aparelho do Estado que seja de partido, a um aparelho de Estado controlado por um aparelho de partido; trata-se de criar um aparelho de Estado que obedeça, em qualquer momento, fielmente, aos eleitos pelo povo e que não possa ser manipulado contra a vontade do povo (CARRILLO, 1978, p. 67-68).

Pietro Ingrao, por seu turno, representava a vertente de esquerda do “eurocomunismo”. Ainda que haja pontos convergentes com a direita “eurocomunista” no tocante à importância da democracia moderna e das conquistas obtidas pela classe trabalhadora, e também à superação de seus limites, a análise e as propostas de Ingrao ultrapassam os limites institucionalistas de Berlinguer e de Carrillo e, ao contrário da crença na cidadania abstrata incorporada pela vertente de direita “eurocomunista”, o centro da análise de Ingrao é a luta de classes e a formação de novos campos institucionais de participação. Embora Carrillo e Berlinguer reconheçam a necessidade de novas formas de participação, em Ingrao essa questão ganha uma maior centralidade se comparada à vertente reformista “eurocomunista”.

Há em Ingrao também o afastamento do modelo de partido leninista de vanguarda e a defesa do partido de massas, isto é, um partido que seja uma síntese das massas em termos de conexão e projeções de futuro a partir das contradições existentes, um partido-síntese, que saiba unificar não por meio de uma vanguarda iluminada, mas do protagonismo das massas. Para Ingrao, o Estado liberal estava superado, devido tanto ao advento do capital monopolista quanto pelo advento da sociedade de massas. Há, assim, uma nova articulação entre os diversos momentos do que ele define como uma “dialética democrática”. De acordo com Ingrao, não pode haver um monopólio da política em benefício de organismos predeterminados, mesmo que sejam os partidos.

Ingrao converge com Althusser sobre os riscos de o partido se tornar Estado⁷, o que engessaria o seu papel transformador e criaria a possibilidade de que perca seu caráter antecipatório, de “projeto”: [de que] perca, enfim, a iniciativa, o impulso para o futuro que exprime o momento do “social”, incorporando-o na vida do Estado, rompendo a tendência à cristalização e à formalização exasperada das instituições, em outras palavras, ao burocratismo (INGRAO, 1980, p. 37)⁸.

Os sindicatos também devem ter autonomia em relação ao partido durante o processo de transição, e essa transição socialista para o novo Estado proletário pode realizar-se também por uma pluralidade de forças políticas. Como afirma Ingrao, a unidade de direção política do novo Estado socialista se realiza não por meio de um só partido, mas de uma colaboração (debate e confronto) entre as diversas forças políticas de orientação socialista (INGRAO, 1980, p. 110).

Se em Berlinguer e Carrillo a liberdade tem um teor abstrato formal e se estende às forças políticas não socialistas, Ingrao, embora defenda essa extensão, o faz

7 Vide Althusser (1998).

8 Poulantzas tece uma crítica a essa posição de Ingrao no tocante ao partido político: “Todavia o verdadeiro problema consiste em saber qual deveria ser a forma de presença do partido nesse campo. Mas, também nesse caso, a posição de Ingrao, uma das mais avançadas nesse campo, é problemática: consiste esquematicamente em ver no partido o ‘momento da globalização’ das novas lutas sociais, no sentido de que um partido transformado deveria poder ‘sintetizá-las’, orientá-las, enquadrá-las na forma de uma constelação da qual ele próprio seria o eixo principal. Postura que adota Ingrao no que se refere à relação Estado democratizado/movimento social” (POULANTZAS, 1983, p. 79).

sobre uma base de realismo político, pois a transição não será fácil diante das estruturas de poder constituídas durante o período capitalista. Isso fica nítido neste trecho de seu livro *As massas e o poder*:

Nós sabemos muito bem que, mesmo onde a classe operária conquista o poder e inicia a construção da sociedade socialista, durante longo tempo age em favor do capitalismo o peso da herança histórica, da tradição, da situação internacional etc. Em nenhum momento esquecemos a profunda diferença qualitativa existente entre as forças que atuam para a abolição da exploração e as forças que agem para manter a velha ordem. Nós mantemos integralmente nossa posição de classe e a crítica marxista e leninista às velhas instituições, no exato momento em que projetamos uma gestão do poder na qual determinados direitos de liberdade sejam reconhecidos mesmo para forças não socialistas. Efetivamente, não esquecemos que essas liberdades poderão ser usadas como instrumento de luta por forças conservadoras, as quais já têm a seu favor a vantagem acumulada em séculos de dominação. Devemos saber e dizer isto: para que dessa consciência derive a necessidade de golpear com maior dureza e decisão as velhas estruturas, de demolir todos os privilégios das camadas conservadoras, de realizar a edificação socialista coerentemente. Diria que, quanto mais amplos forem os direitos de liberdade política, tanto mais rigorosa deverá ser a luta para golpear as bases econômicas da velha ordem e a luta — eis um ponto decisivo — para renovar e desenvolver as instituições democráticas, para vinculá-las às massas, para animá-las e torná-las eficazes contra a resistência das forças do passado (INGRAO, 1980, p. III-III2).

Enquanto Berlinguer e Carrillo compartilham da visão de que há uma cidadania plena construída com o advento da sociedade e do Estado moderno, Ingrao vai de encontro a essa perspectiva. Em sua crítica a Bobbio⁹, Ingrao questiona os princípios abstratos da cidadania burguesa sobre sufrágio universal, liberdade e paridade de voto, liberdade de competição entre grupos políticos organizados e opção entre alternativas reais etc. Haveria então a mesma paridade política entre um operário da Fiat e o seu patrão? Essa igualdade somente existe no plano da cidadania abstrata. As decisões de planos econômicos governamentais passam pelas representações empresariais, enquanto, por sua vez, as massas trabalhadoras encontram-se alijadas desses processos decisórios que vão ao encontro dos interesses das frações de classe do capital monopolista.

Sobre o Estado, no qual Carrillo e Berlinguer reconhecem, em última instância, universalidade e neutralidade, Ingrao demarca no livro *As massas e o poder* uma divergência com eles. Com o advento do capital monopolista, o Estado moderno assumiu severas modificações, pois alargou o seu escopo, ampliando o seu corpo buro-

9 Trata-se do texto de Norberto Bobbio “Quais as alternativas para a democracia representativa?”, publicado na coletânea *O marxismo e o Estado*, lançada em 1976 pela Avanti e, no Brasil, em 1979, pela editora Graal.

crático e de técnicos e intervindo nas crises cíclicas do capitalismo. O Estado muda a sua face, indo além do papel de simples “guardião” do quadro político ou de “sustentador” do mecanismo produtivo e se tornando o centro da regulação do processo de acumulação e da relação poupança-investimento, que os instrumentos normais do mercado capitalista não conseguem mais controlar. Para Ingrao, essa nova dimensão ampliada do papel do Estado cria problemas agudos, gerando o deslocamento de massas, setores e profissões em face de um novo horizonte. É um aspecto que, de fato, aproxima Ingrao das posições de Poulantzas sobre o Estado, considerando-o uma condensação material de relações de forças. Para Ingrao, a transformação do Estado vincula-se, assim, ao processo social; o autor foge à concepção de um Estado de face apenas coercitiva, firme e fixa, exercendo sempre o mesmo papel, como se estivesse fora dos desenvolvimentos da luta de classes (INGRAO, 1980, p. 147).

Ingrao afirma peremptoriamente ao longo do seu livro que somente pela ação das massas a democracia moderna será superada, e assim os novos mecanismos de participação serão constituídos. Segundo Ingrao,

as assembleias só disporão de armas contra as oligarquias capitalistas, as forças conservadoras e os “corpos burocráticos” que acabam se contrapondo à vontade popular se seus poderes formais se tornarem poderes reais mediante a presença e a ação organizada das massas. Sem essas armas, as assembleias serão incapazes de exprimir sua autonomia em relação ao sistema, e só poderão administrar as opções dos grupos capitalistas dominantes e realizar “mediações” subalternas em relação a essas opções (INGRAO, 1980, p. 179).

Fernando Claudín é a outra expressão teórico-política representativa da corrente esquerda “eurocomunista”. O seu livro *Eurocomunismo e socialismo*, publicado em 1977, é o estudo mais amplo do fenômeno do eurocomunismo. Na obra, além de analisar as diferenças entre os PCs da Europa mediterrânea, também realiza um mapeamento histórico das causas que levaram esses partidos a adotar essa posição nos anos 1970.

Claudín começa analisando as divergências entre as correntes revolucionárias e reformistas durante a II Internacional, que acarretaram, também por força da Revolução Russa, a formação dos partidos comunistas. Inicialmente os PCs estavam completamente atrelados às decisões do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o que dificultava a criação de estratégias específicas em suas diferentes formações sociais. Mas, com a formação das frentes amplas diante da ascensão fascista na Europa, os partidos comunistas começam a ter uma maior autonomia, embora ainda se mantivessem atrelados ao PCUS. Com o pós-guerra, a força eleitoral do PCI e do PCF lhes deu maior margem de manobra, ainda que seguissem vinculados às decisões da política externa apregoada pelo PCUS.

A crise húngara de 1956 iniciou certo abalo nas relações desses partidos com o PCUS, mas sobretudo na base desses partidos, e não nas cúpulas dirigentes. Contudo, os anos 1960 foram marcados por uma série de fatos que levaram a inúmeros rachas

e dissidências nos PCs da Europa. Claudín aponta em seu livro os seguintes fatos: 1) o racha sino-soviético, que resultou na formação de vários partidos comunistas dissidentes, de tendência maoista; 2) as revoluções de libertação nacional e a emergência do chamado Terceiro Mundo como um novo ator político; 3) a revolta de maio de 1968 e a sucessão de revoltas estudantis e de trabalhadores em diversas partes do mundo, tanto nos países centrais como nos periféricos; 4) a invasão soviética na Tchecoslováquia.

O conjunto desses elementos acabara por resultar numa busca de autonomia dos PCs da Europa mediterrânea perante o PCUS durante os anos 1970. Como observa Claudín, dois aspectos, estritamente independentes, destacam-se na ação concreta dos partidos eurocomunistas: 1) o intento de adequar a concepção de socialismo e a estratégia de transição às condições específicas do capitalismo desenvolvido; 2) o divórcio, cada vez mais nítido, entre os ditos partidos e o “comunismo” de Moscou. Com o eurocomunismo, ocorre o “cisma do Ocidente” do movimento comunista internacional, seguindo o “cisma do Oriente” consumado nos anos 1960. É uma nova e transcendental fase da crise geral do dito movimento (CLAUDÍN, 1977, p. 3).

Ao longo do seu livro, particularmente no capítulo 3, “A via democrática do socialismo”, Claudín estabelece as diferenças de perspectiva entre a esquerda “eurocomunista” e a corrente dita de direita. O limite se dá, sobretudo, pela estratégia constituída pelos PCs na sua luta contra o capital monopolista, conforme a qual buscam aliança com o capital não monopolista, e isso constituiria uma etapa precedente à transição socialista. A despeito das distintas denominações, “democracia avançada” para o PCF, “democracia política e social” para o PCE, “nova etapa da revolução democrática” para o PCI, esse conjunto de partidos comunistas se limita à luta política institucional, subordinando a luta social à luta política. Isso os leva a privilegiar na luta política o momento eleitoral, de frear a luta de classes para não obstaculizar as alianças com a “burguesia não monopolista”, de contra-arrestar as tendências autônomas do movimento operário e do movimento popular. Como destaca Claudín: “Nosso propósito é destacar os perigos que essas tendências encerram na atual fase de agudização da luta de classes, quando o problema da alternativa capitalista-monopolista ou democrático-socialista ante a crise se apresenta, cada dia mais, em termos preemptórios” (CLAUDÍN, 1977, p. 132).

Segundo Claudín, a luta contra o capital monopolista implica a agudização extrema da luta de classes, justamente porque a derrota do capital monopolista significa abrir o processo de liquidação do capitalismo e iniciar o processo de transição socialista. Desse modo, Claudín vai de encontro à estratégia institucionalista e reformista da direita “eurocomunista” por considerar irreal essa fase de longa duração da “estabilidade democrática” ou da “democracia avançada”. Como também seria ilusório propor alianças estáveis com a totalidade da burguesia não monopolista ou com as forças políticas que servem aos interesses de umas ou outras frações do capital monopolista, não obstante seja necessário aproveitar as contradições entre elas e, sobretudo, ganhar as massas que são influenciadas por elas (CLAUDÍN, 1977, p. 130).

O chamado “eurocomunismo” comporta diferenças internas; uma tendência claramente defende os pressupostos do Estado moderno e do seu universalismo calcado numa neutralidade axiológica. Do outro lado, expresso por Ingrao e Claudín, há uma aposta na descontinuidade desse Estado moderno com conteúdo de classes

A meu ver, essa posição de Claudín em nada se coaduna com a da chamada direita “eurocomunista” no terreno político institucional. Claudín afirma o primado da luta social sobre a luta política nesse cenário do final dos anos 1970, já que novos elementos e contradições emergiram nesse contexto e a direção dos principais partidos comunistas não tinha conseguido incorporá-las em seu projeto de alianças contra o capital monopolista. Como ele mesmo afirma:

Essa consideração não aponta em absoluto subestimar a luta eleitoral, o papel do sufrágio universal. Pelo contrário. As eleições democráticas para as assembleias representativas em todos os níveis expressam, em cada momento, uma determinada relação de forças, e por sua vez incidem nelas. Enquanto esse indicador essencial não acuse a existência de uma maioria suficientemente sólida e consciente a favor de mudanças radicais, não existe a condição primordial para afrontar batalhas decisivas contra o capital monopolista, tanto nas instituições representativas como na luta de massas. Mas a relação de forças — sobretudo no período de crises — se gesta fundamentalmente no campo social. Aqui é onde a grande maioria da população — constituída nos países capitalistas desenvolvidos pelos trabalhadores assalariados de uma ou outra categoria e pelos pequenos produtores privados — pode elevar a sua consciência, organizar-se e unificar-se, através da experiência prática de sua luta por objetivos realmente alternativos aos do capital. É dizer, objetivos que não só representem soluções substanciais imediatas, embora parciais, aos problemas mais angustiosos (salários, preços, emprego, condições de trabalho, moradia, escola, transportes, saúde etc.), mas que modifiquem as relações de forças em todas as esferas e instituições da sociedade civil (principalmente nos centros de trabalho) e no seio dos corpos e aparatos do Estado, impulsando as correntes democrático-socialistas dos trabalhadores e empregados que os integram, incluindo o pessoal dos aparatos militares e repressivos (CLAUDÍN, 1977, p. 132).

Como vimos nesta seção, o chamado “eurocomunismo” comporta diferenças internas; uma tendência claramente defende os pressupostos do Estado moderno e do seu universalismo calcado numa neutralidade axiológica. Do outro lado, expresso por Ingrao e Claudín, há uma aposta na descontinuidade desse Estado moderno com conteúdo de classes, o que, mais do que isso, possibilita conflitos internos nos aparatos estatais, na medida em que tenha ocorrido o alargamento do Estado e a incorporação de segmentos dos setores subalternos e da classe média na burocracia estatal. Além disso, a perspectiva da esquerda “eurocomunista” percebe a força emergente dos movimentos sociais e dos novos sujeitos políticos e sociais. Vejamos a seguir a posição de Poulantzas sobre a perspectiva relacional do Estado e a sua defesa do socialismo democrático.

3. A PERSPECTIVA RELACIONAL DO ESTADO EM POULANTZAS

O Estado, o poder, o socialismo possivelmente foi o seu livro mais polêmico, pelo menos no tocante à afirmativa de que Poulantzas teria abandonado e rejeitado as suas teses anteriores, e mesmo de que teria abdicado do comunismo e adotado a via reformista socialista¹⁰. Além disso, estaria renunciando à influência de Althusser e teria aderido ora à perspectiva de Gramsci, ora à de Foucault. No que tange aos conceitos empregados nesse livro, é necessário afirmar aqui que um conceito como o de *condensação material de relações de forças* ou a interpretação de que o Estado seria permeado por contradições internas já estavam presentes em obras anteriores. O livro *O Estado, o poder, o socialismo*¹¹ na verdade é resultado dessas mudanças que a obra de Poulantzas vinha sofrendo desde o início dos anos 1970. A sua obra, com efeito, foi dinâmica e apontou ao longo do tempo para a incorporação de novos conceitos, mas também para a manutenção de antigos¹².

Em relação à permanência de conceitos e da presença do marxismo althusseriano na sua obra, podemos listar os seguintes aspectos:

10 Essa leitura equivocada da obra de Poulantzas está presente na apresentação do texto de Bernard Fabrègues (pseudônimo de Bernard Chavance) por Lazagna e Martuscelli (2018, p. 1), quando afirmam a existência de uma ruptura teórica nesse livro. Como irei mostrar nesta seção, as mudanças operadas por Poulantzas em direção ao conceito de Estado relacional se iniciam em obras pretéritas ao livro *O Estado, o poder, o socialismo*. Ademais, o artigo de Fabrègues, além de estar permeado de adjetivações e ironias, equivoca-se ao associar as posições de Poulantzas com as da direção do PCF quando este abandona o conceito de ditadura do proletariado, no XX Congresso, em 1976. Como Claudín e Poulantzas apontam, a esquerda “eurocomunista” não coincidia com a posição estratégica do PCF, baseada na luta antimonopolista e institucionalista, nem convergia para ela.

11 A influência desse livro ampliou-se no decorrer do tempo, alcançando diversos pesquisadores que tratam o tema do Estado capitalista. Cito como exemplos os trabalhos de Bob Jessop, Joachim Hirsch, Clyde Barrow, Paul Thomas, Leo Panitch, Stuart Hall, Razmig Keucheyan, Peter Thomas e Paula Abal Medina, entre outros. Também se devem destacar os livros organizados por Bratsis e Aronowitz (2002) e por Martin (2008) e o editado por Gallas et al. (2011). Jessop (2009) escreveu um artigo no qual sistematizou de forma precisa as principais questões abordadas nesse livro de Poulantzas e cujo título expressa a importância dessa obra no pensamento contemporâneo: “*O Estado, o poder, o socialismo* de Poulantzas como um clássico moderno”.

12 Sobre as mudanças teóricas em Poulantzas, outros trabalhos já abordaram essa questão, como os de Carnoy (1994), Codato (2008) e Motta (2010).



Louis Althusser



Antonio Gramsci

1) Poulantzas não rompe teoricamente com Althusser, embora demarque as suas diferenças políticas quanto à questão da ditadura do proletariado defendida pelo filósofo francês. A tese da descontinuidade entre o jovem Marx e o Marx maduro permanece, como também o primado das relações de produção sobre as forças produtivas;

2) a substituição das instâncias regionais por aparelhos de Estado não foi exclusividade de Poulantzas. Althusser também efetuou essa mudança em seu livro póstumo *Sobre a reprodução* (escrito em 1969), cujo artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado” fora extraído e publicado em 1970. Poulantzas critica-o, porém, por não ter incluído na sua análise os aparelhos econômicos de Estado e pela excessiva rigidez da distinção que faz entre os aparelhos ideológicos de Estado (AIEs) e os aparelhos repressivos de Estado (AREs). Para Poulantzas, o Exército, apesar de ser um ARE, pode se tornar, de acordo com as circunstâncias, o principal aparelho de organização política, a exemplo do que sucede nas ditaduras militares (POULANTZAS, 1978a, p. 82)¹³;

3) os conceitos de bloco no poder e de autonomia relativa do Estado, criados em *Poder político e classes sociais*, continuaram sendo utilizados ao longo da sua obra, e estão presentes em *O Estado, o poder, o socialismo*;

4) o conceito de *efeito de isolamento*, um dos conceitos centrais do livro *Poder político e classes sociais*, está presente em *O Estado, o poder, o socialismo*, e também ocupa uma posição central no direito capitalista, mas com uma nova denominação, de *efeito de individualização*, talvez sob influência de Foucault, que emprega esse conceito. Mas seu sentido em *Poder político e classes sociais* permanece o mesmo em *O Estado, o poder, o socialismo*.

A ênfase na suposta mudança de Poulantzas em *O Estado, o poder, o socialismo* está relacionada à avaliação de que ele teria abandonado por completo o leninismo e aderido à estratégia eurocomunista. Com relação a Lênin, Poulantzas não abdicou

¹³ A primeira vez que Poulantzas emprega o conceito de aparelhos ideológicos de Estado foi em 1969, no artigo “O problema do Estado capitalista”, no mesmo ano em que Althusser também o utilizou pela primeira vez, no manuscrito *Sobre a reprodução*.

das teses leninistas sobre o imperialismo, embora tenha de fato rompido com as estratégias do duplo poder, da organização de vanguarda e da ditadura do proletariado, apesar de não ter incorporado a estratégia reformista. Como veremos, é Rosa Luxemburgo a sua principal fonte. Quanto à estratégia reformista, notaremos que, não tendo abdicado do comunismo, Poulantzas denomina de socialismo democrático uma via estratégica que não se assemelha à perspectiva meramente gradualista e institucionalista da direita “eurocomunista”.

O conceito de condensação material de relações de forças, e ideias como a do Estado enquanto arena de lutas e a de ser ele ser atravessado por contradições e pela luta de classes, já vinham em franco desenvolvimento nos livros anteriores de Poulantzas. O fato é que a primeira vez que Poulantzas trata da questão da condensação material das relações de forças foi em *Poder político e classes sociais*, por intermédio do conceito de bloco no poder. Esse conceito, central na obra de Poulantzas, já indicava a ausência de uma homogeneidade da classe burguesa, haja vista que há contradições e conflitos entre as frações burguesas, sobretudo das que detêm a hegemonia (representando o capital monopolista) em oposição aos setores médios da burguesia, além dos próprios conflitos internos das frações ligadas ao grande capital.

Essa concepção relacional do Estado tem a sua gênese nesta passagem de *Poder político e classes sociais*:

O Estado está em relação com as contradições próprias dos diversos níveis de uma formação, mas, na medida em que representa o lugar onde se reflete a articulação desses níveis e o ponto de condensação das suas contradições, ele é testemunho da “contradição da sociedade consigo própria” (POULANTZAS, 1977b, p. 46).

Em sua obra seguinte, *Fascismo e ditadura*, que é sem dúvida um dos estudos mais sistemáticos sobre a questão do fascismo italiano e alemão, Poulantzas já identifica a luta de classes no interior dos aparelhos de Estado. Mesmo um Estado de exceção como o fascista não estaria impermeável às contradições de classe. Ele aponta esse problema na terceira parte desse livro, em seu último capítulo: “O Estado fascista”. Como Poulantzas afirma:

As contradições e atritos entre ramos e aparelhos persistem no Estado de exceção, *mas sob uma forma diferente*. Isso está ligado à persistência da luta de classes e das contradições no seio do Estado de exceção. Nunca será demais repeti-lo: o Estado de exceção não consegue, como desejaria, suprimir a luta de classes. [...] No caso do Estado de exceção, verifica-se, pelo contrário, e em diversos graus, *um paralelismo característico das redes de poder e uma superposição constante das suas correias de transmissão, isto é, dos ramos e dos aparelhos de Estado*: as suas relações permanecem, aliás, ocultas. Essa é uma característica particularmente notória no caso do Estado fascista, e que dá origem a uma expressão específica das contradições no seio do sistema estatal: mais do que

com contradições entre ramos e aparelhos, deparamos aqui com contradições agudas no próprio seio de cada ramo e aparelho. O ramo ou aparelho dominante — Exército, partido único, polícia política etc. —, ele próprio atravessado por contradições agudas, estabelece a sua dominância sobretudo pelo controle e pela *penetração* direta dos outros. Trata-se de “contradições internas” — expressão de luta de classes — de um Estado de exceção sob a sua fachada unida e centralizada: elas concretizam-se sob a forma de guerra de bastidores entre “equipes” ou “grupos de pressão” (POULANTZAS, 1978c, p. 351-352).

Temos nesse trecho acima uma clara definição de que a luta de classes e suas contradições se fazem presentes no conjunto dos aparelhos do Estado fascista. Desse modo, há um equívoco dos críticos de Poulantzas que afirmam peremptoriamente que essa problemática estaria presente só nos seus últimos trabalhos.

A definição de Estado relacional fica mais clara em seu livro *As classes sociais no capitalismo de hoje*. O Estado deixa de ser entendido como um instrumento de classes e passa a ser concebido como condensação de relações de forças, tendo também papel chave na reprodução das relações de produção por meio dos aparelhos econômicos de Estado (POULANTZAS, 1978b, p. 104-105)¹⁴.

Embora ainda não tenha incorporado o papel das classes dominadas à sua análise das lutas internas do Estado, Poulantzas já abre uma brecha para essa perspectiva ao abordar as lutas internas entre as frações de classe do bloco no poder. A autonomia relativa do Estado fica clara quando nenhuma fração, mesmo a hegemônica, consegue controlar ao todo os aparatos estatais. O Estado não pertence a este ou àquele grupo monopolista, pois o Estado para Poulantzas não é uma “coisa comum”, visto que é uma relação, mais precisamente a condensação de uma relação de forças. A autonomia relativa do Estado deve ser entendida aqui como relação entre Estado, de um lado, e capital monopolista e conjunto da burguesia, de outro, relação que se mostra sempre em termos de representação e de organização política de classe (POULANTZAS, 1978b, p. 174).

A ausência de plena racionalidade por parte do Estado e de suas políticas, de fundo caótico, foi o ponto de partida do capítulo 2 no livro *As classes sociais no capitalismo de hoje*, que trata das contradições das burguesias e suas relações com o Estado, e foi retomada no livro *O Estado, o poder, o socialismo*. Isso fica explícito no seguinte trecho desse capítulo:

As relações contraditórias entre frações do bloco no poder sob a hegemonia do capital monopolista existem nas relações entre ramos do aparelho repressivo de Estado, entre aparelhos ideológicos de Estado, e nas relações enlaçadas no próprio seio do bloco no poder exprimem-se, enquanto precisamente relações de

14 Noutra passagem desse livro, Poulantzas critica essa concepção instrumentalista de Estado como uma concepção idealista/economicista que predominava na leitura que o PCF fazia do capital monopolista: “Vê-se claramente aqui o duplo aspecto das incidências políticas da concepção instrumentalista do Estado necessariamente ligada a uma concepção idealista/economicista: uma ferramenta ou instrumento possui ao mesmo tempo uma utilidade técnica e neutra, e pode ser, como tal, manipulado à vontade por seu detentor” (POULANTZAS, 1978a, p. 113-114).

A política estatal recorre frequentemente a uma série de medidas contraditórias e pontuais que, se testemunham a lógica do capital monopolista, não revelam menos as fissuras e desarticulações dos aparelhos de Estado, reproduzindo as contradições do bloco no poder

poder, pelas relações contraditórias no próprio seio do Estado e de seus aparelhos, sedes privilegiadas desta ou daquela fração do bloco no poder, e se manifestam igualmente como contradições internas entre as diversas intervenções do Estado atual. A autonomia relativa do Estado não significa também, assim, uma vontade coerente e racional dos agentes do Estado-entidade intrínseca: ela existe concretamente como “jogo” contraditório no seio dos aparelhos de Estado, e mesmo como resultante da relação de forças de que o Estado constitui a condensação (POULANTZAS, 1978b, p. 177).

Assim, para Poulantzas o Estado capitalista não é um simples instrumento dos monopólios, e portanto está apto a desempenhar eficazmente seu papel de organizador da hegemonia. A política estatal recorre frequentemente a uma série de medidas contraditórias e pontuais que, se testemunham a lógica do capital monopolista, não revelam menos as fissuras e desarticulações dos aparelhos de Estado, reproduzindo as contradições do bloco no poder em face do enfraquecimento das capacidades hegemônicas do capital monopolista (POULANTZAS, 1978b, p. 185).

Essa concepção de Estado relacional, isto é, de que o Estado é a condensação de uma relação de forças, avançou mais ainda no livro seguinte, *A crise das ditaduras*. Um dos aspectos mais interessantes desse livro é o fato de Poulantzas, pela primeira e única vez, trabalhar na perspectiva da teoria da dependência ao usar conceitos como *países dependentes* e *superexploração* (embora não cite nenhum autor dessa corrente teórica, notadamente Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, que empregaram o conceito de superexploração).

Poulantzas, nesse livro, pela primeira vez introduz a questão das lutas populares dentro do Estado. O Estado — e mesmo os AREs, como as Forças Armadas — não é impermeável às contradições e às lutas populares, pois estas repercutem dentro dele. Portanto, antes de *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas já vinha desenvolvendo essa ideia naquele seu livro pouco conhecido e citado por seus estudiosos. Trata-se de uma excelente análise de conjuntura sobre as ditaduras militares do Mediterrâneo, e será fundamental para desenvolver esses conceitos, que estarão mais bem sistematizados em *O Estado, o poder, o socialismo*.

Neste trecho, Poulantzas demarca bem essa visão sobre o papel das lutas populares e a sua repercussão dentro dos aparatos estatais:

Essas lutas, propriamente falando, se articulam às contradições das formações sociais nacionais portuguesa e grega e contribuíram para a condensação delas, marcando assim o começo da derrubada do regime, já fortemente minado no próprio “interior”. Portanto, não se pode também superestimar o efeito dessas lutas — e isso é muito importante no caso da Espanha —, e acreditar que nada acontecerá na Espanha por causa da ausência de tais fatores é tão falso como atribuir diretamente a deposição dos regimes português e grego à guerra colonial na África ou à “aventura” dos coronéis gregos no Chipre. [...] Entendo por isso que os fatores que tiveram um papel direto nessa derrubada (as contradições internas dos regimes) foram eles próprios determinados pelas lutas populares (POULANTZAS, 1978a, p. 62).

Nesse livro pela primeira vez Poulantzas incorpora a negação de que o Estado, além de não ser uma “coisa”, tampouco seria um “sujeito”, pois tal qual o *capital*, o Estado é uma relação, uma condensação das relações de forças entre as classes tal como se manifestam de forma específica, no seio dele próprio. As contradições de classe atravessam sempre, de ponta a ponta, o Estado, porque, pela sua natureza de Estado de classe, ele reproduz no seu interior as contradições de classe, o que significa que estas se exprimem sempre, e de forma específica, como contradições internas do Estado, pois ele não é um bloco monolítico, sem fissuras. Interessante notar que Poulantzas ainda empregava nesse texto a máxima de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, de que o Estado deve ser destruído, e não transformado, ao contrário do que passará a sustentar nos seus trabalhos posteriores.

Certamente, existe sempre uma unidade do poder de Estado ligada à representação pelo Estado dos interesses da classe ou da fração hegemônica, e é por essa razão que as classes populares não podem ocupar peça por peça o aparelho estatal, mas devem destruí-lo na passagem para o socialismo — o que, no entanto, não deve levar a crer no Estado como um bloco sem fissuras (POULANTZAS, 1978a, p. 65).

Contudo, Poulantzas não simplifica ao modo dogmático essa máxima de destruição do Estado, sem levar em consideração a transformação radical a qual no processo se faz necessária. Como ele mesmo afirma:

A proposição marxista fundamental segundo a qual a transição para o socialismo não pode ser feita através de uma simples mudança do poder de Estado (a classe operária e seus aliados substituindo a burguesia); ela implica em que os aparelhos de Estado sejam destruídos e que não só sejam substituídos os agentes dirigentes dos aparelhos de Estado, mas transformada radicalmente a própria estrutura organizacional deste. Além do mais, o Estado

burguês não pode, no caso de uma mudança de poder de Estado, engendrar ele próprio um Estado socialista (a ilusão do “socialismo de Estado”), pois o peso específico e o papel próprio desses aparelhos sempre se manifesta, através de sua própria estrutura, como resistência à transformação do Estado (POULANTZAS, 1978a, p. 73)

Essa resistência, ainda que restrita à transição do Estado de exceção para o Estado democrático-parlamentar, e não à transição do capitalismo para o socialismo, Poulantzas voltará a examinar em *O Estado, o poder, o socialismo*, aludindo à existência de clãs e feudos que, por uma divisão interna no interior do Estado capitalista, controlam ramos e aparelhos, prodigiosamente emaranhados, reiterados e hierarquizados nas respectivas funções e esferas de competência. O Estado de exceção em sua forma organizacional acaba por permitir a autonomização relativa particular, sobre uma base de potência própria, das diversas facções e clãs, alguns dos quais, ao defender os seus privilégios, podem criar constantemente obstáculos às eventuais tentativas de “normalizar” e “fazer evoluir” o regime (POULANTZAS, 1978a, p. 74).

Posteriormente ao livro *A crise das ditaduras*, Poulantzas escreveu em 1976 “O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau”, na *New Left Review* (2008b, p. 117-119), e deu entrevistas, em 1977, a David Kaisergruber — “O Estado, o poder e nós”, na revista *Dialectiques* (KAISERGRUBER, 1981, p. 87-88) —, e a Henri Weber — “The state and the transition to socialism”, na revista *Critique Communiste* (POULANTZAS; WEBER, 2008, p. 334, 343-344). Nessas suas intervenções, Poulantzas ratificou os argumentos e conceitos constituídos nos livros citados acima: reafirmou a questão de o Estado ser uma condensação material de forças, permeado por fissuras e atravessado pelas contradições de classe em seu interior. No diálogo com Henri Weber, essas questões tiveram como pano de fundo a discussão sobre a transição socialista, e nesse debate Poulantzas começa a expor o seu projeto sobre o programa do socialismo democrático que será sistematizado em *O Estado, o poder, o socialismo*.

Mas mesmo antes da publicação de *O Estado, o poder, o socialismo*, o conteúdo desse livro foi antecipado numa síntese que Poulantzas apresentou no texto “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”, publicado no livro, organizado por ele, *O Estado em crise*. Nesse texto, Poulantzas mais uma vez retoma teses como a de que o Estado é uma condensação material de relações de forças e permeado por fissuras, para além de ser o organizador do bloco no poder e ter como uma de suas funções a desorganização das classes dominadas. Isso substancia ainda mais a tese defendida por Poulantzas de que a luta de classes dominantes-dominados atravessa ela mesma os aparelhos de Estado de parte a parte, na medida em que esses aparelhos materializam e concentram o poder da classe, ou das classes e frações dominantes, em suas contradições com as classes dominadas. Ademais, também ratifica a ausência de uma racionalidade pura no interior do Estado, devido a sua política incoerente resultante das micropolíticas espasmódicas, imediatistas e contraditórias

que minam a materialização de um projeto global por parte do Estado e de suas diversas políticas governamentais (POULANTZAS, 1977a, p. 27-41).

Uma das contribuições que Poulantzas dá nesse texto é separar a crise política da crise do Estado e da crise econômica. A crise política pode ou não estar articulada com a crise do Estado e com a econômica, na mesma temporalidade em relação a ambas. Poulantzas demarca tanto uma crítica às posições economicistas que se encontram no marxismo como também às teorias sistêmicas (como as de David Easton¹⁵), que consideram a crise política um momento ou instante “disfuncional”, que rompe abruptamente os equilíbrios naturais de um “sistema político” harmonioso e autorregulado. Um dos fundamentos dessa teoria é a ocultação da luta de classes em benefício da concepção de uma sociedade integrada, do pluralismo de “poderes” e “contrapoderes”, de “institucionalização dos conflitos sociais” etc. Para Poulantzas, é necessário reservar para o conceito de crise política o campo de uma situação particular de condensação das contradições. Ou seja, a crise política consiste em uma série de traços particulares resultantes dessa condensação das contradições no domínio político, que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado (POULANTZAS, 1977a, p. 7-9).

Como se pode perceber, o livro *O Estado, o poder, o socialismo* é resultado de mudanças de posicionamento precedentes, e não o ponto de partida de uma guinada teórico-política de Poulantzas. Ao publicar esse livro, Poulantzas retoma a questão da condensação material de uma relação de forças, na qual o Estado relacional é uma arena de lutas entre as classes dominantes e dominadas, permeada de fissuras e de contradições, além da presença das micropolíticas.

É importante delimitar aqui que a presença das classes dominadas não significa que haveria por si só uma transformação interna no Estado por meio de uma mudança nas relações de forças dentro do Estado. Poulantzas não compartilha da visão institucionalista da direita “eurocomunista”, a qual acredita que com base nas regras do jogo democrático haveria a possibilidade dessa mudança interna. Distintamente dessa afirmativa, Poulantzas afirma que se essas lutas populares atravessam de ponta a ponta o Estado é porque estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica. Isso significa que se as lutas populares estão inscritas no Estado, é porque o Estado está imerso nas lutas em que o submergem constantemente; significa que estão sempre inscritas nos aparelhos de poder que as materializam, e que também condensam uma relação de forças (POULANTZAS, 1978d, p. 155).

Nesta passagem de *O Estado, o poder, o socialismo* — dirigida a Gruppi (1981), por ter este defendido a tese de uma “dualidade de poderes” entre as classes dominantes e dominadas dentro do Estado —, Poulantzas deixa claro não ter incorporado em nenhum momento a crença na transformação pela via institucional:

Seria falso concluir que a presença das classes populares no Estado significaria que elas aí detenham poder, ou que o poderiam a longo prazo deter, sem

15 Vide Motta (2009).

Uma mera mudança de governo para o campo da esquerda não mudaria as relações de forças intestinas nos aparelhos de Estado

transformação radical desse Estado. [...] Se esse poder das classes populares no seio de um Estado capitalista inalterado é impossível, isso acontece não apenas em razão da unidade do poder de Estado das classes dominantes, que deslocam o centro do poder real de um aparelho para outro tão logo a relação de forças no seio de um deles pareça oscilar para o lado das massas populares, mas também em razão do arcabouço material do Estado. Esse arcabouço consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação: ela assegura a presença de classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas. Mesmo no caso de uma mudança da relação de forças e da modificação do poder de Estado em favor das classes populares, o Estado tende, a curto prazo, a restabelecer sob nova forma, algumas vezes, a relação de forças em favor da burguesia. [...] As classes populares sempre estiveram presentes no Estado, sem que isso tenha modificado jamais alguma coisa no núcleo essencial desse Estado. A ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não seria o suficiente (POULANTZAS, 1978d, p. 156-157)¹⁶.

Assim, embora as classes dominadas se apresentem como um foco de resistência¹⁷ dentro do Estado (por exemplo, nas greves dos trabalhadores da administração pública ou das empresas estatais), Poulantzas afirma que isso por si só é insuficiente, tal qual uma mera mudança de governo para o campo da esquerda não mudaria as relações de forças intestinas nos aparelhos de Estado. Somente uma transformação radical afetaria as relações de poder existentes nos aparelhos de Estado. Poulantzas também destaca que a repercussão das lutas populares no interior do Estado, espe-

16 Noutra passagem desse livro, Poulantzas ratifica essa posição numa crítica dirigida ao PCF, particularmente a François Hincker: "É a relação do Estado com as relações de produção e a divisão social do trabalho, concentrada na separação capitalista do Estado e dessas relações, que constitui a ossatura material de suas instituições [...]. O Estado não se reduz à relação de forças, ele apresenta uma opacidade e uma resistência próprias. Uma mudança na relação de forças entre classes certamente tem efeitos no Estado, mas não se expressa de maneira direta e imediata: ela esgota a materialidade de seus diversos aparelhos e só cristaliza no Estado sob sua forma refratada e diferencial segundo seus aparelhos. Uma mudança de poder do Estado não basta nunca para transformar a materialidade do aparelho de Estado: essa transformação assinala, como se sabe, de uma operação e ação específicas." (POULANTZAS, 1978d, p. 143)

17 Como observa Alex Demirovic, as classes dominadas estão presentes no Estado como centros de resistência, e não como detentoras do controle dos aparelhos de Estado, isto é, permanecem na condição de subordinadas dentro dos aparelhos de Estado (DEMIROVIC, 2011, p. 266-267, tradução nossa).

cialmente entre os agentes de Estado (membros da Justiça, policiais, integrantes das Forças Armadas, auditores fiscais, diplomatas etc.), não significa que estes se incorporem a essas lutas no sentido de uma mudança ou transformação radical de suas práticas nos aparelhos de Estado. Eles estão limitados à própria ideologia reproduzida nos aparelhos de Estado, que evocam a “neutralidade” dos agentes em relação aos conflitos de classe. Daí as máximas reproduzidas pela administração pública, e o discurso oficial do Estado, sobre a representação da vontade e dos interesses gerais, árbitro da luta entre as classes: a administração ou a Justiça acima das classes, o Exército pilar da nação, a polícia mantedora da ordem republicana e das liberdades do cidadão, a administração como motor da eficiência e do bem-estar geral.

A politização dos agentes do Estado, portanto, encontra-se limitada em seus próprios termos, de acordo com Poulantzas. Como ele próprio observa,

os agentes do pessoal de Estado que pendem para as massas populares vivem comumente suas revoltas nos termos da ideologia dominante, tal como ela se corporifica na ossatura do Estado. [...] Eles interpretam o aspecto, por exemplo, de uma democratização do Estado não como uma intervenção popular nos negócios públicos, mas como uma restauração de seu próprio papel de árbitros acima das classes sociais. Eles reivindicam uma “descolonização” do Estado em relação aos grandes interesses econômicos, o que, a seu ver, significa o retorno a uma virgindade, supostamente possível, do Estado, que lhe permita assumir seu próprio papel de direção política. Assim, mesmo os grupos do pessoal de Estado que se inclinam para as massas populares não apenas colocam em questão a reprodução da divisão social do trabalho



O Estado, o poder, o socialismo é um livro que polemiza abertamente com a esquerda francesa (marxistas-leninistas, autonomistas e “eurocomunistas”), mas também com a pós-modernidade emergente, de Michel Foucault, e com a direita representada pelos “novos filósofos”

no seio do aparelho estatal — a burocratização hierárquica —, mas, além disso, geralmente não dão importância à divisão política dirigentes-dirigidos enraizada no Estado. Ou seja, não levam até as últimas consequências seu próprio papel e lugar diante das massas populares. Nada mais evidente que a profunda desconfiança que as iniciativas das massas de tipo autogestoras ou de democracia direta despertam nesses grupos do pessoal de Estado, aliás favoráveis à sua democratização. Esses limites da politização do pessoal de Estado não passam de efeitos do arcabouço material do Estado sobre ele, e são conseqüentemente consubstanciais do lugar próprio desse pessoal na divisão social do trabalho. Esses limites inerentes às práticas do pessoal de Estado só podem então ser transpostos sob a condição única de uma transformação radical desse arcabouço institucional, e na proporção dessa transformação (POULANTZAS, 1978d, p. 159-160).

A transformação da materialidade dos aparatos estatais não será realizada com a mera troca de agentes estatais por militantes revolucionários “dedicados à causa” das massas populares, mesmo que oriundos das classes trabalhadoras. As práticas precedentes do Estado capitalista podem ser revividas caso a transformação dessa ossatura não tenha um teor radical, de ruptura, com as práticas anteriores.

Essa ruptura/transformação para Poulantzas está exposta na última parte de *O Estado, o poder, o socialismo*, intitulada “Para um socialismo democrático”, embora esse texto tenha ganhado “vida própria” ao ser publicado em forma de artigo na *New Left Review*¹⁸. Nessa parte, Poulantzas faz uma linha de demarcação do programa do socialismo democrático em confronto direto com a perspectiva de duplo poder leninista, característico das organizações marxistas-leninistas, além de refutar o conceito de ditadura do proletariado. Por sinal, *O Estado, o poder, o socialismo* é um livro que polemiza abertamente com a esquerda francesa (marxistas-leninistas, autonomistas e “eurocomunistas”), mas também com a pós-modernidade emergente, de Michel Foucault, e com a direita representada pelos “novos filósofos”¹⁹.

É, sobretudo, com base nessa parte do livro que os críticos de Poulantzas afirmam a adesão dele ao “eurocomunismo”. Uma paradoxal adesão, se observarmos a sua análise sobre o “estatismo autoritário” na primeira parte desse capítulo. Como visto anteriormente, o “eurocomunismo” de direita aceita as regras do jogo institucional da modernidade, o que vai ao encontro da perspectiva institucionalista. Nada mais estranho a uma concepção institucionalista do que o conceito de estatismo autoritário. O estatismo autoritário²⁰ não se confunde com o Estado de exceção (ditaduras militares, ditaduras fascistas), pois está presente nas democracias liberais. Isso significa, para

18 Publicado no n° 109, de 1978.

19 Segundo Hall (2000, p. XV), na introdução da edição inglesa de *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas, apesar de criticar as teses de Foucault em relação à sua “análise do poder”, tenta apreender os conceitos dele, como o de micropoderes e o de panóptico, inseridos na perspectiva do Estado relacional, em oposição à apreensão que os ditos “novos filósofos” faziam da obra de Foucault no campo da direita.

20 Esse conceito também é empregado por Claudín (1977).

Poulantzas, que os AREs ganharam maior sofisticação no controle e vigilância sobre o conjunto de segmentos revolucionários e rebeldes presentes nas formações sociais em que vigora o Estado democrático liberal. Ou seja, ao contrário da concepção “eurocomunista” de direita, que considera a “sociedade política” secundária em relação à “sociedade civil” nas formações sociais ditas “ocidentais”, Poulantzas aponta o fortalecimento de seus aspectos repressivos, inclusive legitimados legalmente por dispositivos constitucionais que nos momentos de crise liberam as ações dos aparelhos de coerção do Estado. Ademais, com a crise dos partidos políticos, cada vez mais a burocracia e a tecnocracia do Executivo ocupam o espaço das iniciativas do Legislativo. Se tomarmos um exemplo atual, podemos citar que o fenômeno da judicialização da política e a politização do Judiciário seriam expressões recentes desse estatismo autoritário, em razão do qual a dita soberania popular tem sido solapada constantemente²¹.

O projeto de socialismo democrático de Poulantzas propõe-se a ser uma alternativa tanto à social-democracia quanto ao stalinismo como correntes teórico-políticas, que apresentam traços em comum, a despeito de suas diferenças: se calcam no estatismo e na profunda desconfiança em relação às iniciativas das massas populares. Um dos eixos de sua crítica ao esquerdismo é a refutação deste à democracia representativa em nome da exclusividade da democracia direta. E sua crítica não se baseia nos pressupostos da direita “eurocomunista”, e muito menos no pensamento liberal: Poulantzas vai se fundamentar em Rosa Luxemburgo, quando esta teceu uma severa reprovação aos anos iniciais da Revolução Russa²². Como destaca Poulantzas:

Ora, o que Rosa Luxemburgo reprova em Lênin não é a sua negligência ou seu despreço com referência à democracia direta na base, mas muito exatamente o contrário: a saber, que ele se apoiou exclusivamente nesta última (exclusivamente, porque para Rosa a democracia conselheira sempre foi essencial) quando eliminava pura e simplesmente a democracia representativa, quando especialmente da suspensão da Assembleia Constituinte, eleita sob o governo bolchevique, em benefício apenas dos soviets. [...] Não é sem dúvida a única questão em relação a Lênin: a concepção do partido em *Que fazer?*, a teoria trazida do “exterior” para a classe operária pelos revolucionários profissionais, desempenham um importante papel no que se seguiu. Mas a questão fundamental é apontada por Rosa Luxemburgo: além das posições de Lênin sobre uma série de outros problemas, além mesmo das particularidades históricas próprias da Rússia, o que resultou, já em vida de Lênin, mas principalmente depois (partido único, burocratização do partido, confusão do partido com o Estado, o estatismo, o fim dos próprios soviets etc.), estava desde já implícito nessa situação de que Rosa Luxemburgo fazia a crítica (POULANTZAS, 1978d, p. 279-280).

21 Sobre esse fortalecimento dos aparelhos de justiça do Estado capitalista, veja Kalyvas (2002, p. 124-126), que emprega o conceito de *legalismo liberal autoritário*.

22 Convergentes com a minha posição sobre a influência de Rosa Luxemburgo são os artigos de Brandt e Heigl (2011) e Medina (2011). Com relação a Medina, o erro dessa autora é afirmar que o “eurocomunismo” (sem diferenciar suas correntes internas) revalorizou o pensamento de Rosa Luxemburgo. A autora deveria esclarecer quais “eurocomunistas” foram influenciados pelo pensamento de Rosa Luxemburgo, o que não fica explícito em seu artigo.



Ao contrário da concepção “eurocomunista” de direita, que considera a “sociedade política” secundária em relação à “sociedade civil” nas formações sociais ditas “ocidentais”, Poulantzas aponta o fortalecimento de seus aspectos repressivos, inclusive legitimados legalmente por dispositivos constitucionais que nos momentos de crise liberam as ações dos aparelhos de coerção do Estado

Poulantzas não limita a estratégia do socialismo democrático à democracia representativa, pois a via do seu projeto implica mudanças mais radicais. A democracia direta não necessariamente precisa excluir a indireta, e vice-versa. Para Poulantzas, deve-se compreender uma transformação radical do Estado articulando a ampliação e o aprofundamento das instituições da democracia representativa e das liberdades (e vai ao encontro de Ingrao nesse aspecto, pois ambos reconhecem que isso também foi uma conquista das massas populares) com o desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a proliferação de focos autogestores. Esse é o problema essencial, segundo Poulantzas, de uma via democrática para o socialismo e de um socialismo democrático (POULANTZAS, 1978d, 283).

A defesa da estratégia do socialismo democrático não significa uma convergência de Poulantzas com a guerra de posições de Gramsci, como erroneamente alguns afirmam²³. Segundo Poulantzas, o processo de construção de uma via democrática para o socialismo constitui-se, no essencial, em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras, de tal modo que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros de poder. Para Poulantzas, não se trata de uma simples alternativa entre guerra frontal de movimento e guerra de posições, pois esta última, no entender de Gramsci, consiste sempre no cerco ao Estado²⁴.

23 Esse equívoco em classificar Poulantzas de “eurocomunista” e em acusá-lo de “retomar as suas influências de Gramsci” está presente em Coutinho (1987) e é reproduzido recentemente por Braz (2011). Ambos mostram um profundo desconhecimento sobre a obra de Poulantzas, e ignoram (ou omitem) a influência de Rosa Luxemburgo (e não de Togliatti, como afirma Coutinho) na crítica de Poulantzas aos desvios autoritários da Revolução Russa e na articulação que ele faz da democracia direta e autogestionária com a democracia indireta e a pluralidade partidária.

24 Convergente com a minha posição crítica sobre a existência dessa influência de Gramsci em Poulantzas é a de Douet (2016, p. 6).

O fato de a estratégia do socialismo democrático ser distinta da estratégia do duplo poder não significa que Poulantzas tenha aderido ao caminho do reformismo, como ele mesmo frisa neste texto:

O reformismo é um perigo sempre latente: não é um vício intrínseco de toda estratégia que escapa àquela do duplo poder, mesmo se, no caso de uma via democrática para o socialismo, o critério do reformismo não é tão incisivo como na estratégia do duplo poder e os riscos de social-democratização, é inútil negá-lo, se tornem crescentes. Como quer que seja, modificar a relação de forças interna ao Estado não significa reformas sucessivas numa contínua progressividade, conquista peça por peça de uma maquinaria estatal ou simples ocupação de postos ou cúpulas governamentais. Significa exatamente um movimento de rupturas reais, cujo ponto culminante, e certamente existirá um, reside na inclinação da relação de forças em favor das massas populares (POULANTZAS, 1978d, p. 286).

Poulantzas também afirma que a via eleitoral, por mais importância que tenha, é insuficiente para que haja uma ruptura. A mudança da relação de forças dentro do Estado diz respeito ao conjunto de seus aparelhos e seus dispositivos: não se restringe ao Parlamento, e tampouco aos AIEs. Esse processo de ruptura se estende igualmente aos AREs, aqueles que detêm o monopólio da violência física legítima: o Exército e a polícia. Paralelamente a essas transformações internas no Estado capitalista, as lutas e os movimentos populares tornam-se também importantes protagonistas nesse conjunto de mudanças. De acordo com Poulantzas, essas lutas e movimentos, por mais que se situem fora do Estado, não são extra-Estado: eles estão, de qualquer maneira, sempre situados em seu campo estratégico. Não se trata, portanto, de uma “luta interna” ante uma “luta externa”. Nessa via democrática para o socialismo, essas duas formas de luta devem ser combinadas. Só uma articulação entre as duas tentativas, a da transformação da democracia representativa e a do desenvolvimento de formas de democracia direta na base ou movimento autogestor, pode evitar o estatismo autoritário, conforme destaca Poulantzas (1978d, p. 289)²⁵.

Essa estratégia do socialismo democrático busca ser uma alternativa à estratégia reformista reduzida ao jogo eleitoral, como também à estratégia do duplo poder. Ademais, a transformação radical do aparelho de Estado não se confunde com a clássica concepção de “quebrar” o aparelho de Estado. Pois isso implicaria, como

25 Como observam Brandt e Heigl (2011, p. 247-249), Poulantzas estabelece uma nova estratégia de luta a qual articula as resistências e conflitos dentro e fora do Estado. Como eles destacam, em Poulantzas os movimentos sociais não estão externos ao Estado, pois agem dentro de seus aparelhos. Mesmo que os movimentos sociais se constituam fora do Estado, eles sempre afetam sua configuração institucional e tornam-se parte dele. Isso significa afirmar que é sempre possível para os movimentos sociais afetarem a estrutura e a política dos aparatos e agirem na correlação de forças internas no Estado. O Estado para Poulantzas em nada lembra a pirâmide vertical e normativa de Kelsen. Conforme diz Poulantzas, o Estado capitalista se caracteriza pelas lutas internas de cada aparelho, e também inter-aparelhos. Esse modelo estatal se assemelha a um retângulo (e não a uma pirâmide) pontilhado de conflitos e de deslocamentos desses conflitos e contradições nos distintos aparelhos de Estado. Sobre as diferenças entre Poulantzas e Kelsen, veja Motta (2009).

Poulantzas destaca nas experiências históricas de diversas transições socialistas, o fim da democracia representativa e do pluralismo político e ideológico. Outro aspecto de sua estratégia de socialismo democrático que se diferencia de qualquer concepção reformista social-democrata, ou dos “eurocomunistas” de direita, é a sua defesa do fim do Estado, o que mantém Poulantzas no campo político e ideológico revolucionário. Para ele, a transformação radical dos aparelhos de Estado implica o desaparecimento do Estado. E esse movimento rumo ao fim do Estado só se pode apoiar numa intervenção ampla das massas populares no Estado, por meio de suas representações sindicais e políticas, mas também pelo desenvolvimento de suas iniciativas próprias dentro do Estado. Isso também criaria novas formas de democracia direta na base e a proliferação de redes e de focos autogestores²⁶. Contar apenas com a transformação do aparelho de Estado e com um desenvolvimento da democracia representativa não seria suficiente para escapar do estatismo. Contudo, por outro lado, o deslocamento unilateral e unívoco do centro de gravidade para o movimento autogestor não lograria evitar o estatismo tecnoburocrático e o confisco autoritário do poder pelos especialistas. Desse modo, se faria necessária a articulação desses campos de luta e a busca de seu equilíbrio para aprofundar as transformações internas nos aparatos estatais e formar um dique de contenção à ameaça do estatismo autoritário.

4. CONCLUSÃO

Vimos no decorrer deste texto que o termo *eurocomunismo* foi criado externamente aos partidos comunistas europeus, a fim de indicar uma mudança de orientação dos principais PCs europeus em relação à URSS e ao modelo clássico dos partidos marxistas-leninistas. Vimos que a posição dos dirigentes europeus estava longe de ser homogênea. Se, por um lado, a direita “eurocomunista” aceitava as regras constituídas pelas democracias modernas, por seu turno, a esquerda “eurocomunista” denunciava os limites da democracia moderna e apostava em novas formas de participação articuladas com as instituições políticas modernas, contanto que estas também sofressem transformações num processo de transição que se chamou naquele contexto de “socialismo democrático”.

Destarte, por ser impreciso o termo *eurocomunismo*, a interpretação desse fenômeno político tem gerado distintas posições de seus estudiosos quanto a seu conteúdo político, muitas vezes reduzindo-o a uma perspectiva reformista no campo da esquerda marxista. O “eurocomunismo” de direita está claramente no campo do reformismo, enquanto o de esquerda se posiciona numa perspectiva transformadora e revolucionária. O fato de ter rompido com a estratégia leninista de duplo poder e de defender

26 Como observa Poulantzas em seu debate com Henri Weber: “A ruptura pode cruzar o interior do Estado, e penso que atualmente as coisas devem acontecer assim. Haverá enfrentamento, ruptura, mas isso atravessará o Estado. A função dos organismos populares paralelos será a de polarizar uma larga fração dos aparelhos do Estado pelo movimento popular, e estes em aliança enfrentarão os setores reacionários, contrarrevolucionários do aparelho de Estado apoiados pelas classes dominantes.” (POULANTZAS, 2008, p. 341)

um partido de massas articulado aos movimentos sociais não o qualifica como uma tendência reformista no movimento comunista. Se, por um lado, a esquerda “eurocomunista” se afastou de alguns pressupostos leninistas, por outro incorporou Rosa Luxemburgo em seu programa (e Rosa Luxemburgo estava longe de ser reformista!). Ademais, Rosa nunca abdicou do conceito de ditadura do proletariado, pois para ela essa era a forma máxima de democracia dos trabalhadores, mas nem por isso rejeitava a democracia representativa e a pluralidade de ideias no processo de transição²⁷. O “socialismo democrático” pode ser identificado como a ditadura do proletariado em sua acepção conceitual, isto é, uma nova forma de participação política distinta das instituições e práticas políticas modernas. Poulantzas rechaçava esse conceito pelo significado negativo que recebeu em razão das experiências concretas ao longo do século XX. E a própria noção de “socialismo democrático” não é precisa, já que as organizações social-democratas da Internacional Socialista também reivindicavam a designação de representantes do “socialismo democrático”²⁸. Poulantzas e a esquerda “eurocomunista” reivindicavam uma nova forma de democracia participativa, que tinha como escopo a transformação radical das relações de produção, dentro e fora do Estado capitalista. O objetivo da esquerda “eurocomunista” ultrapassa os limites do socialismo, pois vai em direção à construção do comunismo, isto é, do fim do Estado capitalista.

Também mostrei, ao longo da segunda parte, que o conceito de Estado relacional de Poulantzas não emerge apenas no seu último livro, quando teria rompido com a tática e a estratégia leninistas; ao contrário, foi fruto de um longo desenvolvimento desde a sua obra inicial, ao superar a dicotomia do Estado-instrumento e do Estado-sujeito. E como tentei mostrar, Poulantzas não aderiu à perspectiva reformista por ter se afastado dos pressupostos leninistas do partido de vanguarda e da estratégia do duplo poder. Poulantzas enfatizava ao longo desses textos, e especialmente em *O Estado, o poder, o socialismo*, que a via democrática para o socialismo não seria gradualista, pois incorporaria uma sucessão de rupturas e transformações num longo caminho para o comunismo e o fim do Estado.

* Professor associado de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: luizpmotta63@gmail.com

► Texto recebido em março de 2021; aprovado em março de 2021

27 Vide os textos de Rosa Luxemburgo organizados por Loureiro (2011) sobre a Revolução Russa.

28 Exemplos disso são dados no livro de Meyer (1983).

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: Educ, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. "Le marxisme comme théorie 'finie'" in **Solitude de Machiavel**. Paris: PUF, 1998.
- BERLINGUER, Enrico. **Democracia, valor universal**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- _____. **Do compromisso histórico ao eurocomunismo**. Lisboa: Antídoto, 1977.
- BOITO JR., Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp, 2007.
- BRANDT, Ulrich; HEIGL, Miriam. "Inside" and "outside": the state, movements, and "radical transformations" in the work of Nicos Poulantzas. In: GALLAS, Alexander et al. (Ed.). **Reading Poulantzas**. Pontypool: Merlin Press, 2011. p. 246-260.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução (1848-1989)**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papirus, 1994.
- CARRILLO, Santiago. **"Eurocomunismo" e Estado**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.
- CLAUDÍN, Fernando. **Eurocomunismo y socialismo**. México: Siglo XXI, 1977.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, n. 27, São Paulo, p. 65-85, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DEMIROVIC, Alex. Rule of the people?: democracy and the capitalist state in the work of Nicos Poulantzas. In: GALLAS, Alexander et al. (Ed.). **Reading Poulantzas**. Pontypool: Merlin Press, 2011. p. 261-276.
- DOUET, Yohann. L'eurocomunisme, Gramsci et les althusseriens. **Decalages**, Los Angeles, v. 2, n. 1, p. 1-16, 29 mai, 2016. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1102&context=decalages>>. Acesso em: 12/01/2018.
- GRUPPI, Luciano. Sobre a relação democracia/socialismo. In: KAISERGRUBER, David. (Org.) **O Estado em discussão**. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 55-78.
- HALL, Stuart. Introduction. In: POULANTZAS, Nicos. **State, power, socialism**. 2. ed. London: Verso, 2000.
- INGRAO, Pietro. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy**. New York: St. Martin's Press, 1985.
- _____. *O Estado, o poder, o socialismo* de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista Sociologia & Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n33/v17n33a10.pdf>. Acesso em: 15/03/2021.
- KALYVAS, Andreas. The stateless theory: Poulantzas's challenge to postmodernism. In: ARONOWITZ, Stanley; BRATSIS, Peter. (Org.). **Paradigm lost: state theory reconsidered**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2002. p. 105-141.
- LAZAGNA, Angela; MARTUSCELLI, Danilo. Presentación a Bernard Fabrègues, Poulantzas, PCF: o reformismo em todos os seus estados. **Demarcaciones**, n. 6, p. 1-4, 2008. Disponível em: <<http://revistademarcaciones.cl>>. Acesso em 20/03/2021
- LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Unesp, 2011. v. 2.
- MEDINA, Paula Abal. Escritos urgentes: Nikos Poulantzas y el eurocomunismo de izquierda. **Andamios**, v. 8, n. 17, p. 287-322, septiembre-diciembre, 2011. Disponível em: <www.scielo.org.mx/pdf/anda/v8n17/v8n17a13.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- MEYER, Thomas. **Socialismo democrático: uma introdução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MOTTA, Luiz Eduardo. Direito, Estado e poder: Poulantzas e o seu confronto com Kelsen. **Revista de Sociologia & Política**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 7-25, fev. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a02.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. Poulantzas e o direito. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 367-403, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b.

_____. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: _____. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977a. p. 3-41.

_____. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978c.

_____. Interview with Nicos Poulantzas. In: MARTIN, James (Org.). **The Poulantzas reader**. New York: Verso, 2008a. p. 387-402.

_____. **L'État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: Press Universitaires de France, 1978d.

_____. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 27, p. 107-127, 2008b.

_____. O Estado, os movimentos sociais, o partido. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 9, p. 70-79, 1983.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.

_____; WEBER, Henri. The state and the transition to socialism. In: MARTIN, James. (Org.) **The Poulantzas reader**. New York: Verso, 2008a. p. 334-360.

SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.